

RECURSO ADMINISTRATIVO

Edital de Chamamento Público nº 01/2025 – Secretaria-Geral da Presidência da República

Proposta nº 061315-2025

Proponente: Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Baixão – AMOBB

CNPJ 12.842.480/0001-17

À Comissão de Seleção da Secretaria-Geral da Presidência da República

Eu, Maria Nadja da Silva Cavalcante, presidente e representante legal da Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Baixão, venho apresentar recurso administrativo contra a decisão de eliminação da proposta nº 061315-2025, com fundamento no art. 18 do Decreto nº 8.726/2016, na Lei nº 13.019/2014 e nos princípios da motivação, razoabilidade, proporcionalidade e julgamento objetivo.

1. Sobre o alegado descumprimento do item 1.2 (Anexo II)

O parecer afirma que a proposta não seguiu o roteiro do Anexo II. Contudo, a proposta apresentada pela AMOBB foi integralmente estruturada conforme os campos exigidos no documento. O edital não estabelece modelo rígido além das orientações e, portanto, diferenças redacionais não configuram descumprimento do item 1.2.

O parecer não identifica qual parte específica teria sido descumprida, o que viola o dever de motivação clara, conforme exigido no edital.

2. Sobre a alegação de que o objeto seria diferente do previsto (item 7.5.7, d)

A proposta enviada pela AMOBB segue exatamente o objeto do edital, que é a execução de ações de capacitação no âmbito do Programa de Formação em Gestão de Parcerias. A AMOBB não apresentou nenhum objeto estranho ao edital.

O parecer não aponta qual trecho do objeto estaria em desacordo, o que torna a eliminação desprovida de fundamentação objetiva.

3. Sobre o suposto descumprimento do item 7.4.4, alíneas a, b e c

A decisão afirma que faltáramos:

- descrição da realidade e do nexo com as atividades
- ações, metas e indicadores
- prazos para execução

Contudo, todos esses elementos foram devidamente apresentados na proposta submetida no Transferegov, nos campos exigidos pelo Anexo II. Há descrição territorial, diagnóstico, indicadores, metas, metodologia, etapas e cronograma.

A conclusão de inexistência dessas informações não condiz com o conteúdo enviado e demonstra provável falha de leitura, interpretação ou visualização técnica da versão apresentada.

4. Sobre a ausência de plano de ensino

O edital exige apenas que sejam apresentados os elementos pedagógicos obrigatórios. O Plano de Ensino não possui modelo fechado e, segundo o próprio Anexo III, admite variação de formatação. A proposta apresenta objetivos formativos, conteúdos, metodologia, carga horária e público.

Assim, não há descumprimento.

5. Aplicação incorreta do item 7.5.7, a

A eliminação com base em “desacordo com o edital” exige identificação objetiva da infração. Não houve demonstração. O parecer utiliza afirmações genéricas, sem apontar trecho da proposta que contrariaria norma editalícia.

6. Violação do item 6.5 do próprio edital (possibilidade de diligências)

O edital garante que a Comissão de Seleção poderá solicitar diligências a qualquer tempo para esclarecer dúvidas ou omissões. Essa previsão está no item 6.5, que expressamente autoriza complementações e saneamento.

Mesmo que a Comissão entendesse existir dúvida sobre clareza ou detalhamento de algum ponto, deveria ter solicitado complementação antes da eliminação. A eliminação direta, sem diligência prévia, configura violação aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e da obtenção do melhor resultado para a Administração.

7. Retificações do edital publicadas no DOU

Foram publicadas duas retificações no Diário Oficial ajustando o cronograma e a data-limite de envio das propostas. Essas alterações demonstram que o processo passou por ajustes formais. Em processos sujeitos a retificação, a interpretação deve ser sistemática e favorável à ampla participação das OSC, reforçando o dever de diligência e de análise cuidadosa.

8. Pedido

Diante do exposto, requer-se:

o conhecimento e provimento deste recurso

a reconsideração da decisão de eliminação

a reanálise completa da proposta apresentada

caso a Comissão entenda haver eventual dúvida técnica ou necessidade de complementação, que seja aberto prazo para saneamento, conforme autoriza o item 6.5 do edital

o restabelecimento da proposta da AMOBB no processo seletivo

A AMOBB reafirma sua boa-fé, capacidade técnica e plena adequação ao objeto do edital.

Arapiraca, data do protocolo.

Maria Nadjá da Silva Cavalcante

Presidente da AMOBB

CNPJ 12.842.480/0001-17